

## DECOLONIALIDADE E INCLUSÃO INTERCULTURAL DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Terezinha Teixeira Joca<sup>1</sup>  
Marilene Calderaro Munguba<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estruturar uma síntese da produção científica referente ao tema “decolonialidade e inclusão intercultural de surdos no ensino superior”. Para tanto, elaborou-se uma revisão integrativa de literatura, delimitado o período de publicação dos artigos em 2018 a 2022, abrangendo artigos científicos publicados em língua portuguesa, espanhola e inglesa, disponibilizados pelo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Estipulou-se os descritores associados: Decolonialidade *and* Direitos Humanos, Decolonialidade *and* Interculturalidade, Decolonialidade *and* Surdos, Educação Intercultural *and* Decolonialidade, Inclusão Bilingue *and* Surdos, Inclusão Intercultural *and* Surdos, Interculturalidade *and* Surdos, Surdos *and* Inclusão na Universidade, Surdos *and* Inclusão no Ensino Superior. A coleta ocorreu nos meses de julho e agosto de 2022. O tratamento das informações se deu mediante o método análise do conteúdo, por meio da análise temática de conteúdo. Foram elencados 55 artigos, distribuídos em 43 revistas. Após a leitura de seus resumos, selecionou-se 35 artigos por abordarem com especificidade o tema proposto. Após a análise dos textos completos, definiu-se os núcleos temáticos: Políticas de inclusão; Perspectiva positiva de inclusão; Pedagogias decoloniais e Pedagogia surda;\_Inclusão com reduzido preparo (O lado hostil da inclusão do surdo). Como conclusão evidencia-se que a inclusão do surdo no ensino superior tem aumentado e a busca por decolonialidade linguística e cultural, contudo, há muito, ainda, a ser alcançado, de acordo com a presente revisão integrativa.

**Palavras-chave: Decolonialidade, Inclusão Intercultural, Surdos, Ensino Superior.**

### INTRODUÇÃO

Por longos anos a educação do surdo foi pautada pela supremacia da cultura ouvinte, com a imposição de que o surdo deveria aprender a falar, e as propostas educacionais traziam em sua essência a perspectiva biomédica de que havia uma falta que deveria ser preenchida por tratamentos na área da saúde e utilizava-se de terapia da fala, até mesmo, na escola. “Com base no contexto histórico, é possível identificar a luta constante e resistência dos surdos à imposição da colonialidade ouvinte” (LEITE; CABRAL, 2021, p. 427). Que foi marcada, de forma

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Psicologia e Coordenadora do Programa de Apoio Psicopedagógico da Universidade de Fortaleza (Unifor).

<sup>2</sup> Professora do Departamento Letras Libras e Estudos Surdos da Universidade Federal do Ceará (UFC).



veemente, no século XIX, com o congresso de Milão, que estabeleceu a proibição de usar gestos para comunicação dos surdos e, desse modo, legitimou a imposição do oralismo.

A luta do povo surdo para sair da opressão de uma cultura ouvinte que não respeita e nem aceita as questões linguísticas e cultural do surdo arrasta-se por muitos anos, mas é graças a essa luta, que os sujeitos surdos têm galgado espaços para reivindicar o direito de uso da língua de sinais como primeira língua. E tais lutas marcam a busca pela decolonialidade linguística.

Até a década de 1990, a proposta educacional do surdo era limitante e com maior ênfase na educação básica. Como assinala Oliveira et al (2020, p. 109):

A chegada ao ensino superior, não ocorreu de forma natural como no percurso educacional dos ouvintes. Os surdos trazem, em sua trajetória educacional, muitas marcas de experiências vividas, seja na escola, em família ou na sociedade, a partir da barreira linguística, que os impedem de uma participação igualitária. Já que a negação da língua de sinais, como própria do surdo, é secular.

Desse modo, os surdos conquistaram maior espaço no mundo universitário a partir da proposta de inclusão e acessibilidade nas escolas, para pessoas com deficiência, inclusive os surdos. Dentre as conquistas, no Brasil podemos citar algumas leis criadas para garantir o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): a Lei nº 10.098/2000, da acessibilidade, no ano 2000, em seu parágrafo 18, indica a presença de intérpretes de Libras para garantir a acessibilidade comunicacional; em 2002, a Libras é reconhecida como uma língua por meio da Lei nº 10.436/2002. E, recentemente, em 2021, houve uma grande conquista do movimento surdo, pela instituição da Lei nº 14.191, que altera a Lei de Diretrizes e Base de 1996, ao adicionar o capítulo V, que versa sobre a educação bilíngue de surdos.

## **METODOLOGIA**

O estudo em tela se constitui numa pesquisa qualitativa que os autores Minayo, Deslandes e Gomes (2015); Guerra (2014), enfatizam que objetiva focar nos aspectos subjetivos, possibilitando o estudos dos fenômenos nas suas diversas dimensões.

Ainda se configura como uma Revisão Integrativa de Literatura, com base em Souza, Silva e Carvalho (2010), Mendes, Silveira e Galvão (2008) que asseveram se constituir em um método de investigação com o foco na estruturação de síntese da produção científica referente a área em estudo, possibilitando reflexões e análises, podendo favorecer base para práticas baseadas em evidências.

Como percurso metodológico, considerou-se as etapas propostas pelos autores citados: 1) definição da base de dados virtuais; 2) seleção dos descritores; 3) definição do período de publicação dos textos a serem inseridos; 4) elaboração da máscara como filtro a ser aplicado;

5) leitura de todos os resumos encontrados com vistas a aplicação do filtro; 6) levantamento e organização dos resultados e 7) discussão dos resultados.

Inicialmente, na etapa 1, foi definida a base de dado o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), devido a sua representatividade da produção científica disponibilizada.

Na sequência, na etapa 2, definiu-se os descritores para as buscas, adotando como referência a experiência acadêmica e profissional das autoras. Estipulou-se, portanto, os descritores associados: Decolonialidade and Direitos Humanos, Decolonialidade and Interculturalidade, Decolonialidade and Surdos, Educação Intercultural and Decolonialidade, Inclusão Bilingue and Surdos, Inclusão Intercultural and Surdos, Interculturalidade and Surdos, Surdos and Inclusão na Universidade, Surdos and Inclusão no Ensino Superior. Definiu-se ainda, abranger artigos científicos publicados em língua portuguesa, espanhola e inglesa.

Durante a terceira etapa, estabeleceu-se o período de publicação dos artigos para 2018 a 2022, na perspectiva de garimpar as produções mais recente sobre a temática a ser estudada. Dando seguimento, na quarta etapa, elaborou-se a máscara para o direcionamento da leitura dos resumos dos 55 textos identificados, abrangendo: informações relativas à identificação do artigo como país, ano de publicação, tipo de publicação, objetivo, resultados, conclusão e palavras-chave.

Em consequência da realização das etapas quarta e quinta, elaborou-se o quadro 1, que apresenta os artigos encontrados, organizados por periódico, e ano de publicação.

**Quadro 1:** Número de artigos distribuídos por periódicos

Título do Periódico	N Artigos / Periódico
Cadernos de Pesquisa	4
Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	4
The ESpecialist	2
Educar em Revista	1
Trama	1
Revista Quaestio Iuris	2
Revista de Educação Pública	1
Revista Brasileira de Políticas Públicas	1
Revista Pistis Praxis	1
Espaço Ameríndio	1
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	1
Revista historia de la educacion latinoamericana	1
Educação	1

Revista Espaço do Currículo	1
Fronteiras: journal of social, technological and environmental science	1
Fronteiras: Revista Catarinense de História	1
Revista Unimar	1
ZETETIKÉ. Revista de Educação Matemática	1
Pensares em Revista	1
Educação & Realidade	2
Revista Portuguesa de Educação	1
Miguilim: revista eletrônica do NETLLI	1
Revista eletrônica de educação (São Carlos)	1
Comunicações (Piracicaba)	1
Revista Ciências Humanas	1
Revista Educação Especial	3
Anuário Antropológico	1
Revista Brasileira de Educação Especial	2
Revista Internacional de Educação Superior	1
Revista diálogo educacional	1
Revista Docência do Ensino Superior	1
Cadernos de pesquisa (São Luís do Maranhão, Brazil)	1
Revista eletrônica de educação (São Carlos)	1
Revista de Educação, Ciência e Cultura	1
Design e Tecnologia	1
Em teia - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana	1
Revista Tempos e Espaços em Educação (Online)	1
Revista Pedagógica (Chapecó)	1
Revelli	1
Aleph	1
Revista de documentação de estudos em linguística teórica e aplicada	1
Revista Educação, Artes e Inclusão	1
Revista Educação e Cultura Contemporânea	1
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>

**Fonte:** Elaborado pelas Autoras (2022).

**Quadro 2:** Periódicos distribuídos por descritores e ano de publicação.

Palavra-chave	Título do Periódico	Ano de publicação
Decolonialidade <i>and</i> Direitos Humanos	Revista Quaestio Iuris	2022
	Educar em Revista	2021
	Revista de Educação Pública	
	Revista Brasileira de Políticas Públicas	2020
	Revista Pistis Praxis	2019

Decolonialidade <i>and</i> Interculturalidade	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	2020
	Revista historia de la educacion latinoamericana	
	Educação	
	Revista Espaço do Currículo	
	Fronteiras: journal of social, technological and environmental science	2019
	Fronteiras: Revista Catarinense de História	
	Revista Unimar	
	ZETETIKÉ. Revista de Educação Matemática	2018
Decolonialidade <i>and</i> Surdos	Pensares em Revista	2021
Educação Intercultural <i>and</i> Decolonialidade	Educação & Realidade	2022
Inclusão Bilingue <i>and</i> Surdos	Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	2021
	Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	2020
	The ESPECIALIST	2019
	The ESPECIALIST	
	Trama	2018
Inclusão Intercultural <i>and</i> Surdos	Cadernos de Pesquisa	2019
Interculturalidade <i>and</i> Surdos	Cadernos de Pesquisa	2020
Surdo <i>and</i> inclusão no ensino superior	Em teia - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana	2022
	Revista Brasileira de Educação Especial	2021
	Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	2021
	Revista diálogo educacional	2021
	Revista Pedagógica (Chapecó)	2021
	Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	2020
	Miguilim: revista eletrônica do NETLLI	2020
	Revista eletrônica de educação (São Carlos)	2020
	Revista Internacional de Educação Superior	2020
	Cadernos de pesquisa (São Luís do Maranhão, Brazil)	2020
	Revista eletrônica de educação (São Carlos)	2020
	Revista de Educação, Ciência e Cultura	2020
	Revista Tempos e Espaços em Educação (Online)	2020
	Revista Portuguesa de Educação	2019
	Comunicações (Piracicaba)	2019
	Anuário antropológico	2019
	Design e Tecnologia	2019
	Cadernos de pesquisa (São Luís - MA, Brazil)	2019
	Revista Ciências Humanas	2018
	Revista Educação Especial	2018

	Educação & Realidade	2018
	Revista Docência do Ensino Superior	2018
Surdo and inclusão na universidade	Revista de documentação de estudos em linguística teórica e aplicada	2022
	Revelli	2021
	Aleph	2021
	Revista Educação, Artes e Inclusão	2020
	Revista Brasileira de Educação Especial	2020
	Revista Educação Especial	2019
	Revista Educação Especial	2019
	Quaestio (Sorocaba, Brazil)	2018
	Revista Educação e Cultura Contemporânea	2018

**Fonte:** Elaborado pelas Autoras (2022).

No decorrer da quinta etapa, deu-se a leitura dos resumos dos textos, adotando a aplicação da máscara (filtro), de acordo com os critérios de inclusão: os descritores associados constarem no título, e/ou no resumo, e/ou nas palavras-chave; o conteúdo do resumo estabelecer relação decolonialidade, interculturalidade, ambos no contexto dos direitos humanos e do universo surdo, educação bilíngue de surdos e bicultural, e inclusão de surdos na universidade. Assim, nesta etapa foram elencados 55 artigos. Na sequência, foram excluídos 3 artigos que se repetiam e mais 17 artigos que não tratavam da temática surdo e ensino superior, desse modo, permaneceram 35 artigos que seguiram para as ações relativas à sexta etapa.

Concernente à sexta etapa, realizou-se o levantamento e a organização dos resultados, em que se deu a estruturação das categorias de análise. Dando prosseguimento, na sétima etapa ocorreu a discussão dos resultados.

A partir do quadro 2, é possível notar que, nos últimos 5 anos, a temática da decolonialidade e a inclusão do surdo no ensino superior tem sido discutida com maior ênfase, antes esquecida. Este estudo aprofundou-se nos artigos elencados e a análise das informações obtidas ocorreu a partir da análise do conteúdo (BARDIN, 2016), mediante a análise temática de conteúdo (MINAYO et al, 2015). Por conseguinte, foram definidos os núcleos temáticos: Políticas de inclusão; Perspectiva positiva de inclusão; Pedagogias decoloniais e Pedagogia surda; Inclusão com reduzido preparo (O lado hostil da inclusão do surdo).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 55 artigos selecionados, inicialmente, identificou-se que, quando o uso do emparelhamento dos descritores: *decolonialidade and direitos humanos, decolonialidade and*

*interculturalidade, educação intercultural and decolonialidade*, não contemplam o surdo e sua educação, o que deu início a exclusão de 16 artigos. Posteriormente, a partir dos descritores *Surdo and inclusão no ensino superior*, excluiu-se um texto que se repetia e três que não atendiam a temática da pesquisa. Restando os 35 textos na quinta etapa, a fim de seguir as demais etapas. Percebe-se que a temática decolonialidade a partir da perspectiva intercultural do surdo, ainda, apresenta escassa literatura.

Posteriormente, na sexta etapa deu-se o levantamento e organização dos resultados, com a indicação de quatro núcleos temáticos: Políticas de inclusão; Perspectiva positiva de inclusão; Pedagogias decoloniais e Pedagogia surda; Inclusão com reduzido preparo (O lado hostil da inclusão do surdo), a fim de atingir a sétima etapa com a discussão dos resultados, a seguir.

Políticas de inclusão - O Brasil com a proposta de inclusão nas escolas regulares, estabelece leis e decretos a serem cumpridos, dentre essas aponta-se a Lei nº 10.436/2002, que assegura ser a LIBRAS a primeira língua dos sujeitos surdos e faz um grande diferencial. Entretanto, não basta ter a lei que garanta a língua de sinais como primeira língua dos surdos se não há com quem ele venha a se comunicar, por falta de conhecimento da língua por parte dos ouvintes. Além do mais, faz-se necessário o respeito e conhecimento de sua cultura.

Em consonância ao exposto, Gadiel, Mourão e Miranda (2019, p. 152) refletem que “a execução de políticas públicas voltadas para a diminuição da desigualdade social, permeando o avanço formal e o reconhecimento jurídico-legal dos direitos de grupos e populações minoritárias não soluciona por si só o déficit de cidadania que marca nossa existência social”. Para que haja uma transformação é preciso analisar o grau de complexidade e a forma assertiva de promover tal inclusão.

Paiva e Melo (2021, p.90) corroboram com o que vem sendo dito, ao declararem que,

As articulações políticas em benefício do reconhecimento político-cultural das línguas de sinais contribuíram para o desdobramento de ações/orientações que contemplassem a acessibilidade linguística para surdos. Todavia, diante desse conjunto de políticas, que reconhecem e/ou oficializam legalmente a língua de sinais em contextos bilíngues, tornam-se necessárias algumas ponderações acerca da crença de que tais princípios se resumem apenas às leis.

Os autores trazem, ainda, a necessidade de políticas internas das instituições e preparação técnica e humana para acolher e incluir os estudantes surdos. Assim, para além da presença do TILS<sup>3</sup> ou do professor bilíngue, deve-se considerar a importância da produção de materiais acessíveis, a formação em Libras e as discussões sobre os Estudos Surdos para toda a comunidade acadêmica e, em especial, para o professor que atuará diretamente com esses alunos (PAIVA; MELO, 2021, p. 102).

---

<sup>3</sup> TILS – Tradutor intérprete de língua de sinais.



Perspectiva positiva de inclusão – O estudo de Sanches e Silva (2019), publicado na Revista Portuguesa de educação, traz um apanhado estatístico crescente do número de surdos no ensino superior de acordo com os dados do Ministério da Educação, onde indicam o quantitativo de 665 surdos no ano de 2003, com um aumento para 2428, em 2005 e, já em 2013 o Censo da Educação Superior apontava para 8676 surdos em instituições de ensino superior, públicas e privadas. O que revela maior número de surdos que alcançam níveis mais altos de educação e a prospecção para a inclusão crescente. Embora, seja um grande desafio para os surdos, pois a universidade é pautada em metodologias para ouvintes. “A maior barreira existente entre eles, o desconhecimento da língua de sinais, por parte dos ouvintes, não os impede de trabalhar, quando mediados pelo intérprete e, com menos eficácia, na sua ausência” (SANCHES; SILVA, 2019, p.168).

Apresenta-se, ainda, a favor da comunidade surda, a promulgação da Lei nº 10.436/2002 que versa sobre a Libras, e que foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, mas, apenas a garantia dos direitos sem o envolvimento da sociedade, não garante uma educação assertiva. O estudo em questão demonstrou um viés positivo para inclusão dos surdos, pela própria busca dos professores, como também, percebeu que se faz necessário o envolvimento da comunidade acadêmica.

Pedagogias decoloniais e Pedagogia surda – A partir da perspectiva da cultura ouvinte dominante, a educação é pensada de forma ampla, sem pensar na especificidade linguística do surdo e, isso o coloca em uma posição de subserviência colonial. Faz-se necessário trazer para discussão algo que vem despontando de forma acanhada, que seria a decolonialidade como "a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade" (MIGNOLO, 2017, p.13).

Em um dos artigos pesquisados, a translíngua surge como proposta para que ocorra o processo da decolonialidade do surdo, como assinalam Muniz e Ramos (2021, p. 184):

Uma perspectiva decolonial voltada para a educação linguística de surdos encontra na ideia de translíngua uma concepção epistêmica que respeita a pluralidade de sentidos sociais e culturais relacionados às práticas de linguagem presentes em muitas salas de aula plurilíngues, bem como fora delas, a partir de vivências de sujeitos surdos usuários de Libras como primeira língua.

Percebe-se que se faz necessário que as práticas pedagógicas atuem a partir do respeito à língua de sinais como primeira língua do surdo e a sua forma de escrita, para que seja possível se comunicar com as especificidades de expressão do sujeito surdo. Pois, ao se exigir, do surdo, uma comunicação por meio da fala e uma escrita, como quem domina a língua falada e escrita

de seu país, abandona-se a proposta de decolonialidade, pois, “quando apenas uma opção é disponível, “opção” perde inteiramente o seu sentido” (MIGNOLO, 2017, P. 14).

Em outro texto, Lima e Silva (2019, p. 14) apontou que,

[...] é necessário a naturalização das questões linguísticas, pois vivemos dentro de uma sociedade majoritária que utiliza a língua portuguesa, na maioria das vezes, por isso, nem sentem a presença e, muito menos, sabe da existência da Libras, como também, a sua necessidade de uso pelas pessoas Surdas.

Uma vez que pensar a educação do surdo a partir do bilinguismo (português-libras), faz-se necessário partir da preparação do currículo e da práxis pedagógica que traz a escolha criteriosa da metodologia a ser utilizada e que acesse o estudante surdo.

O professor, a partir da proposta bilingue, deve estar atento as demandas de surdos e ouvintes a fim de manter a sua proposta de forma que atenda a ambos os grupos e que gere um processo de ensino/aprendizagem assertivo. O que para muitos, parece desafiador. Contudo, deve-se considerar que “estar disposto a mudar estruturas e formas de construção do mundo é também se dispor a refletir sobre as próprias motivações e, principalmente, sobre a relação (in)direta entre tentar e conseguir” (DO NASCIMENTO; MARQUES; MUNGUBA, 2021, p. 14).

Inclusão com reduzido preparo (O lado hostil da inclusão do surdo) – A proposta de inclusão do surdo no ensino superior não garante que essa inclusão esteja sendo realizada de forma assertiva. Há um grande desafio para o estudante surdo acompanhar o processo acadêmico, por ser pautado nas metodologias utilizadas para os ouvintes. Segundo Gomes, Silva e Souza (2018, p.66):

[...]o funcionamento da universidade é regido por normas, princípios e características do mundo ouvinte, no qual a comunicação oral-auditiva desempenha o papel central na organização dos espaços de ensino-aprendizagem e de socialização, sendo um grande desafio para eles estarem em um ambiente onde a surdez e a comunicação visual não são a regra, e a identidade surda não é considerada devidamente.

Complementam Sanches e Silva (2019, p.158) que, “É necessário pensar em práticas pedagógicas que valorizem a heterogeneidade, a cultura surda e principalmente a língua das pessoas surdas, para que estas possam sentir-se parte integrante do espaço universitário”. A partir dos estudos elencados, percebe-se que o respeito a cultura e a disseminação da língua de sinais como necessários, para verdadeira inclusão, tem sido insuficiente, nas mais diversas instituições de ensino superior.

Richartz e Oliveira (2021), indicam que a precariedade da inclusão do aluno surdo se encontra na falta de formação do professor para lidar com os surdos. E sugerem, como saída, a criação de espaços coletivos para “refletir sobre as práticas pedagógicas aplicadas,

especialmente com outros professores, equipe pedagógica, intérpretes e a pessoa surda é um caminho importante para verificar as falhas, avanços e socializar as medidas adotadas que facilitam o ensino-aprendizagem (RICHARTZ; OLIVEIRA, 2021, p. 1050).

Embora, a inclusão deva ser realizada por toda comunidade acadêmica, esse reduzido preparo dos professores e dos participantes da instituição leva ao estudante surdo a colocar o intérprete educacional (IE) como o único responsável por sua acessibilidade comunicacional, como foi identificado nos estudos de Oliveira e Oliveira (2019, p.106) “as RS<sup>4</sup> dos graduandos surdos sobre o IE colocam-no como o único sujeito capaz de promover a inclusão educativa, linguística, afetiva e sociocultural do surdo, haja vista que ancoram sua atuação na acessibilidade”.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos, presentes na pesquisa, revelam que houve um longo caminho para se chegar a proposta de inclusão atual e que foi primordial o movimento surdo, pelos seus direitos, por uma educação inclusiva e respeitosa à sua língua, a partir de muita luta e da resistência em prol do uso de sua primeira língua, nos espaços educacionais e sociais.

Por fim, de acordo com a presente revisão integrativa, evidenciou-se que a inclusão do surdo no ensino superior tem aumentado e a busca por decolonialidade linguística e cultural, contudo, há muito, ainda, a ser alcançado.

### REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Trad. de Luís Alberto Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.
- DO NASCIMENTO, A. D. M.; MARQUES, C. J. F.; MUNGUBA, M. C. Metodologias Ativas na Educação Bilíngue e Bicultural no curso de Letras Libras da Universidade Federal do Ceará: Percepção dos alunos. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 7, 2021, e13910716396
- GEDIEL, A. L. B.; MOURÃO, V. L. A.; MIRANDA, I. M. A Inclusão e suas práticas aspectos socioantropológicos da produção de materiais pedagógicos inclusivos para Surdos. **Anuário antropológico**, v. 44, n.1, 2019, p. 135-158.
- GOMES, C. R.; SILVA, J. P. da; SOUZA, R. de C. S. Educação inclusiva de estudantes surdos na Universidade Federal de Sergipe. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 8, n. 1, 2018, p. 61-76.
- GUERRA, E. L. A. **Manual pesquisa qualitativa**. Grupo Ânima Educação. Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p.1-52, jun., 2014.
- LEITE, L. de S.; CABRAL, T. B. Educação de surdos e colonialidade do poder linguístico. **Letras & Letras**, v. 37, n. 2, 2021, p. 425-444.

---

<sup>4</sup> RS – Representação social.



- LIMA, M. D.; DA SILVA, Lazara Cristina. Bilinguismo na educação dos e para os surdos: uma discussão reflexiva sobre a política educacional e linguística. **The ESpecialist**, v. 40, n. 3, 2019, p. 1-16.
- MENDES, K. D.S.; SILVEIRA, R. C. C.P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, v. 17, n. 4, p.758-764, 2008.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online], v.32, n.94, 2017, e329402.
- MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- MUNIZ, V. C.; RAMOS, D. C. M. P. Educação linguística no contexto de graduandos surdos: contribuições dos estudos decoloniais e de translinguagem. **Pensares em Revista**, n. 22, p. 181-201, 2021.
- OLIVEIRA, S. M. de et al. Trilhas da educação do surdo no Ceará. In JOCA, T. T.; MUNGUBA, M. C. (Orgs.). **Educação inclusiva: perspectivas complementares no respeito às diferenças**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020, p. 109-130.
- OLIVEIRA, W. M. M. de; OLIVEIRA, I. A. de. Imagens e sentidos de educandos surdos sobre a atuação do intérprete educacional no ensino superior. **Cadernos de pesquisa (São Luís do Maranhão, Brazil)**, v. 26, n. 3, 2019, p. 89-108.
- PAIVA, G. O. da S.; MELO, F. R. L. V. de. Acessibilidade Linguística de Surdos no Ensino Superior: Reflexões Sobre o Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021, p. 89-103.
- RICHARTZ, T.; OLIVEIRA, T. L. de. Formação continuada de professores ao incluir aluno surdo no ensino superior: relato de experiências. **Revista diálogo educacional**, v. 21, n. 70, 2021, p. 1036-1052.
- SANCHES, I. R.; SILVA, P. B. da. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 32, n. 1 2019. p. 155-172.
- SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p.102-106, 2010.